

**A TOPONÍMIA INDÍGENA, O ETNOCENTRISMO
E A EXOTICALIZAÇÃO DE SAINT-HILAIRE, POHL,
GARDNER E CASTELNAU²**

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)
karylleila@gmail.com

INTRODUÇÃO

Do século XVI até fins do século XVIII, a produção científica e intelectual no Brasil era escassa. Logo que se apossou do território brasileiro, o governo português, em detrimento da política comercial expansionista dos primeiros séculos de colonização, proibiu a entrada de estrangeiros no país. A intenção era resguardar para si as informações sobre as potencialidades econômicas e os recursos exploráveis. Isso garantiu a Portugal o monopólio de exploração e comércio: a política econômica mercantilista foi sistematizada por meio da exclusividade. Mesmo com as restrições de caráter político-econômica, as informações que chegavam a Portugal orientavam quanto aos recursos naturais e a melhor maneira de submeter os habitantes nativos a sua política mercantilista. Os relatos dos missionários envolvidos na pacificação e doutrinação dos índios intencionavam chamar a atenção do rei de Portugal para as riquezas potenciais do Brasil e como dela tirar o melhor proveito.

Somente com a instalação da corte joanina é que as autoridades reconheceram a importância de divulgar conhecimentos de natureza científica sobre o país, relaxando o histórico embargo à vinda de estrangeiros ao Brasil. Em 1808, D. João VI assinou o decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às nações Amigas. Deu-se início a ruptura com o antigo sistema colonial. Essa abertura dos portos ao exterior pode ser compreendida com um marco na história das pesquisas científicas sobre o Brasil.

Inserir o Brasil no círculo das monarquias europeias, pelas vias diplomáticas, fazia parte da nova política adotada pelo governo D. João VI: era preciso tirar o país do obscurantismo. Como não havia

² Este trabalho foi elaborado a partir da tese de doutorado, *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins*, defendida em julho de 2006, na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

LÉXICO E SEMÂNTICA

no Brasil uma estrutura educacional erudita, foi preciso fomentar a vinda de cientistas estrangeiros: botânicos, zoólogos, geógrafos, geólogos, mineralogistas, com a intenção de conhecer e divulgar a região. Etnocêntricos, viam no Brasil a oportunidade de desfrutar de uma natureza exuberante e virgem, cujas especificidades naturais eram completamente diferentes da Europa. O resultado da produção científica dos viajantes estrangeiros foi fruto da política imposta pela expansão do capitalismo no país.

A “moda” era analisar e descrever os países “descobertos”: investigar “o outro”. Conhecer, “ao vivo”, quem era esse outro que exerceu, sobre os intelectuais europeus, um desejo e fascínio, mesclado ao misticismo, exoticalização e cientificidade. Essa motivação pode ser considerada como a mola propulsora das atividades dos viajantes estrangeiros em terra brasileira. A visão de mundo do ‘eu’ europeu deixava evidente sua dificuldade em vivenciar a diferença: considerava-se como o centro de tudo e todos, os “outros” eram apreendidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura europeia. O outro é aquele que não se identifica; é aquele cuja descoberta causa êxtase. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento. Os relatos dos viajantes na Província de Goiás são marcados por ideias etnocêntricas.

Para Todorov (1983, p.3), essa percepção do outro se amplia, abrangendo o outro, ou o outro em relação a mim. Ou então como grupo social concreto ao qual não pertencemos. Esse grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os ‘normais’. Ou pode ser exterior a ela, outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecido, estrangeiros que chegaram a hesitar que pertencemos à mesma espécie.

O viajante, ao deixar seu país de origem, entra na condição de estrangeiro. O cotidiano, a cultura, a língua e o referencial de identidade implicam outra existência e realidade: o outro. A noção de tempo dos viajantes não é a mesma do outro. Seu tempo é o “tempo em viagem”, resguardado por uma visão eurocêntrica.

SAINT-HILARIE, POHL, GARDNER E CASTELNAU
NA PROVÍNCIA DE GOIÁS

As viagens dos naturalistas têm um marco na história da cultura da ciência no país. No Brasil, época da vinda da corte portuguesa, inaugura o período áureo para a ciência. D. Pedro II, conhecido na época como “*mecenas da Sciencia*”, era, particularmente, apegado às teorias científicas da época, sobretudo, às europeias. Procurava apresentar o país no exterior como um berçário para novas descobertas.

Von Martius, Saint-Hilaire, Castelnau, Agassiz, influenciados por Humboldt, tomaram a difícil decisão de ver o Brasil com “os próprios olhos”. A organização de tais viagens exigia meses de preparo: definir o itinerário, organização do material científico, providências, ajudantes, cartas de recomendações do governo brasileiro e autoridades locais das regiões visitadas. A maior parte do financiamento dessas expedições partia dos governos europeus. Os que não recebiam esse tipo de fomento procuravam vender o material coletado a museus.

O incentivo, por parte dos governos estrangeiros, tinha como objetivo não apenas o desenvolvimento científico e cultural, mas também, a promoção do conhecimento sobre as potencialidades exploráveis dos países visitados e colonizados. As viagens eram marcadas por contemplações e observações da natureza. Por outro lado, relatavam as situações difíceis e inusitadas por que passavam: problemas como doenças, travessias de rios perigosos, picadas de animais e insetos, confrontos com índios, chuvas torrenciais. Ao mesmo tempo em que pareciam estar no paraíso, estavam no inferno.

Os interesses das viagens de Saint-Hilaire, Pohl, Castelnau e Gardner ao Brasil, no século XIX, foram estudos e pesquisas de caráter botânico, geomorfológico, zoológico, antropológico: conhecer os recursos naturais e o homem. Suas expedições eram constantemente acompanhadas de artistas como Louis de Choris e Thomas Ender. A iconografia e os relatos de viagem andavam juntos e tinham como intuito descrever o modo como os diversos elementos compunham cada lugar. Os desenhistas e pintores, nas expedições, aproveitavam seu trabalho para difundir o nosso país no exterior.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Houve, por parte dos viajantes, pouco interesse em conhecer a Província de Goiás, o que pode ter sido consequência das dificuldades de acesso ao interior do país. Não só a localização geográfica, mas a própria situação socioeconômica da região não era propícia às visitas das expedições. A Província passava por uma crise decorrente da quase extinta produção aurífera, antes motivo de explosão demográfica. Agora, com a queda da atividade mineratória, Goiás vivia uma economia primária de subsistência, que aos olhos dos viajantes era a própria decadência. Insistiam em estabelecer “verdades”, a partir de suas visões deturpadas da realidade goiana. O fato de não compreenderem a realidade local impulsionou-lhes a emitir julgamentos e opiniões a partir de seus olhares etnocêntricos.

As memórias dos viajantes naturalistas à Província de Goiás, no século XIX, como Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, quando faziam referência ao seu “descobrimento”, eram baseadas numa visão mítico-épica. Conforme Doles e Nunes (1992, p. 85), quando se referem à fase do descobrimento de Goiás, baseiam-se na tradição oral e em fontes oficiais. Num meio social tão limitado como o da fase inicial da ocupação, a transmissão oral prevalecia quase sempre sem a confirmação por parte das informações oficiais.

Os viajantes assimilaram a tradição oral e o seu caráter épico como “verdades”, resguardando os descobridores como heróis de uma época, descrevendo suas conquistas e a coragem de terem percorrido uma região considerada inóspita. Ao mesmo tempo, destacavam as dificuldades enfrentadas por eles: a busca pelo ouro, as batalhas sangrentas e cruéis que travavam com os índios. Ainda assim, são heróis e suas aventuras são lembradas e enaltecidas. Saint-Hilaire, no livro *Viagens às nascentes do São Francisco*, narra o heroísmo de Bartolomeu Bueno, caracterizando-o como destemido, forte e corajoso.

Em um dos trechos do seu livro, Pohl relata que as lendas das riquezas que os habitantes outrora extraíram da terra chegavam ao anedótico, aos limites do fabuloso, à exoticalização. Quanto à figura mítica de Bartolomeu, o viajante reafirma o olhar de Saint-Hilaire assinalando que Bartolomeu Bueno da Silva era igualmente muito ignorante, mas valente, astuto e de caráter perseverante.

LÉXICO E SEMÂNTICA

ouro e a preocupação demasiada com o quinto. É consenso entre os estudiosos que a decadência da Província de Goiás ocorreu no período após a mineração.

A falta de estradas e comunicações, a inércia da população e a questão racial criam, no imaginário dos viajantes, um confronto com suas visões de mundo, de progresso e civilização. Segundo Chaul (2001, p.51), eles chegavam à Província imaginando a região de Goiás um esplendor devido à mineração, que atrelara a região à cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso.

Os viajantes europeus olhavam para Goiás e viam apenas um deserto de homens, sem estrutura e perspectivas de vida, sem estradas e meios de comunicações, inertes, parados diante do ócio, muito diferente das atitudes e valores da vida europeia. Perplexos diante da realidade que lhes ofuscava não conseguiam perceber as razões econômicas e sociais que levaram a Província àquela situação.

A GRAFIA DOS TOPÔNIMOS REGISTRADOS PELOS VIAJANTES NATURALISTAS NA PROVÍNCIA DE GOIÁS

O naturalista vê nas representações pictóricas, iconográficas e na retórica de suas narrativas, a oportunidade de descrever a ciência. Deseja “ver com os olhos”, descrever, compreender o ambiente físico e antropocultural: quer antes de tudo aguçar os outros sentidos: ouvir e sentir os fenômenos da natureza e da sociedade.

Como cientistas, sentiam necessidade de conhecer os nomes dos lugares, ou melhor, o porquê da etimologia desses nomes: fauna, flora, elementos geomorfológicos, cultura espiritual, os grupos indígenas e outros. Para isso, contavam com os documentos oficiais que encontravam nas igrejas, cartórios, bem como com os registros da tradição oral.

Como resultado de suas viagens e a publicação de seus relatos, esses homens-viajantes saíam de suas terras como aventureiros e retornavam como heróis. Ao produzirem suas narrativas, propiciaram a criação de uma imagem e impressão, pondo-se, ao mesmo tempo, como tradutores e intérpretes de uma realidade natural, física

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e humana diferente das suas: a intenção era sempre realçar as diferenças.

Dos viajantes estudados, Saint-Hilaire foi o mais minucioso em relação à descrição dos topônimos brasileiros. Dedicado e preocupado com a possível confusão que poderia vigorar nas leituras e registros dos viajantes, realizou um trabalho que consistia em não alterar a nomenclatura geográfica brasileira, esforçando-se por registrar a grafia mais “correta” dos topônimos. Reconheceu, durante suas viagens, que havia nos textos e mapas topônimos descritos de várias formas. Talvez seja por isso que tece críticas à descrição toponímica dada por Pohl e Gardner. Esses viajantes, conforme a crítica de Saint-Hilaire, registravam de maneira equivocada certos topônimos referentes a localidades, nomes de grupos indígenas, rios, córregos.

Quando percebia as incoerências nas grafias dos nomes descritas, consultava as autoridades da região e recorria à etimologia das palavras. Sempre que possível utilizava o uso dado pela comunidade e o próprio bom senso. Faz referência ao General Raimundo José da Cunha Mattos, que deixou claro a necessidade de se conservar a nomenclatura já consagrada pelos habitantes do Brasil. Como exemplificação, Saint-Hilaire assinala sua preocupação com a grafia registrada por Pohl, que, por não ter o domínio da língua portuguesa, cometeu vários equívocos.

[...] Assim, não encontrando em sua língua uma letra correspondente ao *j* dos portugueses e dos franceses, ele escreveu *cashoné* ao invés de *cajoné*, e não *lhe* sendo possível reproduzir graficamente o som *nh* português ou do *gn* francês, ele registrou *tapanio* em lugar de *tapanho*. De resto, sou levado a crer que, à falta de um melhor conhecimento da língua portuguesa, ele tenha deixado escapar vários erros. Se, por exemplo, *itpé* quer dizer homem branco não é plausível que *itpé-pri*, evidentemente um composto de *itpé*, signifique criança em geral. (Saint-Hilaire, 1976, p. 68)

De acordo com os relatos do viajante, essas podem ser as causas que, de certa forma, proporcionaram confusões entre as grafias registradas por vários viajantes.

O processo de assimilação, que desempenha um papel fundamental no processo de evolução das línguas, pode ser reconhecido com um dos responsáveis pelo grande número de alterações fônicas nos exemplos coletados. A assimilação é um processo comum em

LÉXICO E SEMÂNTICA

que ocorre uma ação assimilatória, uma modificação de um fonema em virtude de uma aproximação com outro fonema vizinho. Desde que entre esses dois fonemas em contato haja traços articulatórios comuns.

Ex. 1 “[...] foi confiada a direção dessas aldeias aos jesuítas, que logo exerceram sobre o **Acroás** [...]”. (Saint-Hilaire, 1975, p. 62).

Ex. 2 “Gardner escreve erroneamente **Coroás** e Aldeia do Duro.” (Saint-Hilaire, 1975, p. 62)

Ex. 3 “[...] porecamecrãs, **coroados** ou **coroás** e **coroas-mirins** [...]”. (Pohl, 1976, p. 125).

A assimilação é resultante da influência que um fonema exerce sobre o outro. Nos exemplos descritos acima *acroás*, *coroás*, identificamos em *coroás* a supressão vocálica inicial, identificado pelo processo da aférese. Em seguida, a inserção de um fonema no meio de uma sílaba, permitindo a formação de uma sílaba CV pelo processo da assimilação vocálica. Em *coroados* a inserção de uma consoante e uma vogal epentética.

Saint-Hilaire, quanto ao registro do topônimo *Carajás*, afirma levar em consideração a pronúncia da região. Acrescenta que Casal designa essa mesma tribo pelo mesmo nome de Carajás, e nas Memórias de Pizarro é encontrada a grafia *Carajós*. E Pohl registra como *Carajaís*.

Ex. 4 carajás carajós carajaís

O topônimo *carajós* pode ser interpretado como um processo por analogia ao etnotopônimo *carijó*. Cria-se uma forma linguística nova ao lado de uma forma existente. Em *carajaís*, ocorre a inserção de uma vogal epentética.

Ex. 5 Quanto ao topônimo **Araguaia**, Saint-Hilaire esclarece que não há nenhum inconveniente em adotar o nome **Araguai** ao invés de Araguaia, “mas é preciso tomar cuidado, como já advertiu Balbi (Geografia Universal), para não confundi-lo com Uruguai ou Uruguai, como já aconteceu centena de vezes.” (Saint-Hilaire, 1976, p. 84). Castelnau descreve-o como **Araguay**, **Araguaia** ou **Araragoa**.

Nas descrições dos topônimos *Araguaia* e *Araguay* ou *Araguai*, dos dois viajantes, identificamos a opção gráfica do *i* pelo *y*. Também ocorre uma supressão da postônica final [a]. Identificamos também em *Araguai* a analogia que se faz com o próprio topônimo

Uruguai. Em *Araragoa* há a presença da reduplicação do morfema –*ra-*. Para Nide (*apud* Câmara Jr. 1964, p. 102 e 103), sua verdadeira natureza linguística é muito mais sutil e abstrata, pois não é a fração fônica que o constitui senão pelo fato dela se repetir. É um fenômeno interessante ligado às exigências da linguagem enfática e assenta no valor intensivo da repetição. Na maioria dos casos em que ocorre a repetição de morfemas acontece para fins expressivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar e o discurso dos viajantes naturalistas do século XIX no Brasil foram alguns dos elementos fundamentais na construção da identidade nacional e na constituição das representações que alicerçaram a visão que hoje temos do caráter sociocultural e geográfico brasileiro.

Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, em suas andanças pela Província de Goiás, tinham sempre como perspectiva e espelho o olhar do “civilizador europeu” etnocêntrico. A cientificidade e racionalidade constroem os olhares desses naturalistas. Interpretam o ambiente a partir de si mesmo, dos seus próprios signos e significados, valores e visões de mundo europeu.

Em suas narrativas, motivados pelo próprio papel que desempenham, há uma preocupação, principalmente por parte de Saint-Hilaire, em certificar a grafia e até mesmo a pronúncia dos nomes dos lugares, rios, córregos, etc. Para ele, essa confusão poderia resultar numa incoerência que poderia prejudicar a leitura dos textos dos viajantes. Por isso, realizou um trabalho que, na sua concepção de estudioso, consistia em não alterar a nomenclatura geográfica brasileira, esforçando-se por registrar a grafia mais correta dos topônimos. Identificou em seus trabalhos que havia sido registrado, em mapas e textos encontrados em cartórios, igrejas e estabelecimentos, nomes descritos de várias formas.

Mesmo com as incoerências nos registros e pronúncias, Saint-Hilaire utilizou como parâmetro e “veracidade linguística” e a etimologia das palavras e, quando achava necessário, consultava as autoridades da região para saber o que era mais falado, escrito ou aceito pela comunidade.

LÉXICO E SEMÂNTICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins*. Tese de Doutorado. 2006. Universidade de São Paulo.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2ª ed. Goiânia: UFG, 1992.

CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo R. (Org) *Goiás: identidade, paisagem, tradição*. Goiânia: UCG, 2001.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850). In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: UCG, 2001, p. 75-121.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

———. *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999a.

DOLES, Dalísia Elizabeth; NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, UFG, vol. 3, nº 12, 1992.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

PACACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 5ª ed. Goiânia: UCG, 1989.

———. Ausência do índio na memória goiana. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, UFG, vol. 3, nº 12, p. 59-70, 1992.

POHL, Joahann Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5ª ed. corr. e aum. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

———. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o processo da ethnographia indígena no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1915.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

———. *Viagem à província de Goiás*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

———. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.